

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 14

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula sanciona lei que tributa super-ricos e as offshores 3

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relator amplia MP das subvenções para comércio 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita editará neste mês norma para programa de autorregulização 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fisco indica critérios para tratamento especial 7

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fundos de investimentos e offshore tem nova tributação 8

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Congresso analisa vetos à desoneração da folha e ao marco temporal nesta quinta; entenda 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Apreensão na Rodoviária Interestadual 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desoneração: setores defendem derrubada do veto 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Impasse entre Câmara e Senado ameaça promulgação da tributária 14

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária trará economia de R\$ 28,1 bi por ano para empresas, apenas com burocracia, diz estudo 15

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com Selic reduzida a 11,75% na última reunião do Copom no ano, como ficam os juros em 2024? 17

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setores defendem desoneração da folha, e Congresso define hoje se derruba veto de Lula 19

PORTAL R7 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Refis-DF bate recorde de adesão e negociações de dívidas chegam a mais de R\$ 664 milhões 21

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação passa de 160% em 12 meses e deve crescer após medidas de Milei 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Para analistas, renda fixa não perde "brilho" apesar de novo corte da Selic 24

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacote deve encolher comércio com o Brasil, dizem economistas 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Redução cautelosa pelo BC 27

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Copom corta 0,5 ponto na taxa de juros, que recua para 11,75% 28

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Sinais do BC em ano bem-sucedido - MÍRIAM LEITÃO 30

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Relator da LDO tira R\$ 5 bi de meta fiscal das estatais 32

Lula sanciona lei que tributa super-ricos e as offshores

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou ontem a Lei 14.754, que muda as regras de tributação de aplicação sobre bilionários, por meio dos fundos offshore e dos fundos fechados, também conhecidos como exclusivos. Lula vetou um parágrafo, que trazia a definição de Fundos de Investimento em Ações (FIA).

Uma das propostas mais polêmicas enviadas pelo governo neste ano, a taxação das offshores seguiu para o Congresso no dia 1º de maio, inicialmente, na Medida Provisória (MP) 1.172, que mudou as regras para o cálculo do salário mínimo. Como encontrou resistência no Congresso, especialmente por parte do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o governo precisou encaminhar outro texto, com o mesmo teor, como projeto de lei, no qual também constava a nova regra para os fundos exclusivos, conhecidos como fundos dos superricos. Apesar da resistência no Congresso, a lei afeta menos de 100 mil brasileiros, ou 0,049% da população, no caso das offshores, segundo dados do Ministério da Fazenda.

A expectativa inicial do governo era que a lei poderia gerar uma arrecadação da ordem de R\$ 20 bilhões no ano que vem. Como houve alterações no texto durante a tramitação da matéria no Congresso, com redução de alíquotas, é possível que o valor mude. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem dito que o valor pode, inclusive, aumentar, caso mais investidores passem a aplicar nesses fundos, com as novas alíquotas.

Haddad argumenta ainda que, além da arrecadação, a nova lei busca promover a justiça tributária, porque faz com que pessoas muito ricas paguem **impostos** da mesma maneira que os demais investidores. A nova tributação passa a valer a partir de janeiro de 2024.

O que diz a lei

A Lei 14.754 prevê tributação ou aumento das alíquotas que incidem sobre fundos de investimentos que têm apenas um cotista (fundos exclusivos) e aplicações em offshores, que são empresas localizadas no exterior que investem no mercado financeiro. A regulamentação das novas regras ficará a cargo da **Receita Federal**. De acordo com o Palácio do Planalto, as novas regras promovem isonomia tributária, dão eficiência econômica e estão "alinhadas

às recomendações de organizações internacionais", além de "pôr fim à prática de adiar indefinidamente o pagamento do Imposto de Renda sobre juros e outros rendimentos -estratégia frequentemente adotada por indivíduos com alto poder aquisitivo".

A tributação sobre fundos exclusivos será igualada à dos demais fundos. Com isso, os super-ricos pagarão o "come-cotas" (recolhimento periódico do Imposto de Renda) a partir de 2024 de 15% sobre o rendimento para fundos de longo prazo, sendo 20% no caso dos investimentos de até 1 ano (curto prazo). Os fundos serão tributados a cada 6 meses. Atualmente, apenas 2,5 mil brasileiros aplicam em fundos exclusivos, que somam R\$ 756 bilhões em patrimônio e respondem, sozinhos, por 12,3% da indústria de fundos do Brasil.

Já os fundos offshores, muito usados por investidores super-ricos que entregam bens no exterior para terceiros administrarem, o projeto prevê uma cobrança anual de 15% de IR a partir de 2024. A tributação será feita uma vez ao ano, no dia 31 de dezembro. Hoje, quem tem dinheiro em offshore só paga 15% de IR sobre o ganho de capital quando esse dinheiro voltar ao Brasil.

Trustes

O texto sancionado introduz a regulamentação da tributação de aplicações financeiras feitas no exterior por pessoas físicas, incluindo os trustes (contratos fiduciários usados para gerenciar a herança de famílias). Segundo o Planalto, está prevista uma regra de transição para migração do regime antigo para o novo, "inclusive com desconto na alíquota para quem aderir".

"Além disso, a arrecadação proveniente da nova tributação, já a partir de 2023, será destinada inicialmente para financiar a correção da faixa de isenção do imposto de renda para dois salários mínimos, efetiva desde maio de 2023. Nos anos subsequentes, uma parte da arrecadação continuará a apoiar esta correção, enquanto o restante contribuirá para a meta fiscal do governo", informa o governo.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/14/12/2023/p1>

Relator amplia MP das subvenções para comércio

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro

O deputado Luiz Fernando Faria (PSD-MG), relator da medida provisória (MP) das subvenções a investimentos, deu parecer favorável nessa quarta-feira à proposta, mas determinou que as empresas não precisarão aguardar a conclusão de seus investimentos para obterem o crédito tributário junto à União e ampliou o benefício tributário para o comércio e varejo.

O parecer foi divulgado nessa quarta-feira (13) após duas semanas de negociações e vários adiamentos. A oposição pediu vista, o que adiará a votação por pelo menos 24 horas. Faria afirmou que a intenção é votar a proposta na comissão mista do Congresso nesta quinta-feira. "O presidente [da Câmara] Arthur Lira falou de esperar a análise dos vetos para pautar no plenário da Câmara, não na comissão", disse. Questionado se há votos suficientes para aprovar a MP na comissão, ele afirmou que a contabilidade está sendo feita pelo líder do governo. "Mas eles me disseram que sim", comentou.

O parecer confirmou mudanças já divulgadas anteriormente pelo relator, como alterações no mecanismo de juros sobre Capital Próprio (JCP) para vedar o "planejamento tributário abusivo" e a concessão de desconto de 80% no passivo das subvenções para as empresas que aceitarem aderir a uma transação tributária e pagarem o imposto devido em até 12 meses. Parcelamentos por prazos maiores, de até sete anos, também serão possíveis, mas com desconto menor.

A MP é prioridade do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e define que apenas gastos com investimentos poderão ser utilizados pelas empresas para diminuir a base de cálculo do imposto de renda. Desde 2017, as subvenções estaduais permitiam abater até despesas com custeio, mas recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vedou isso. O governo editou a MP para tentar antecipar a regulamentação e não precisar aguardar o julgamento dos recursos ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O relator ampliou o que poderá ser considerado investimento e receber o crédito tributário. Além do que já estava previsto na MP do governo, ele incluiu as despesas com locação e arrendamento de bens de

capital e estendeu o benefício para as empresas de comércio e serviços. "Um varejista que fizer um investimento para expansão das suas atividades estará agora habilitado a buscar o incentivo", afirmou.

Ele procurou minimizar também outra reclamação dos empresários sobre a MP. Hoje as subvenções de investimento (benefício concedido pelo Estado como contrapartida à expansão ou instalação de empreendimento econômico) não pagam **impostos**. Pela MP, eles serão incluídos na base dos **impostos** e virariam créditos só após a conclusão do investimento.

Para Faria, a exigência "adiaria de forma considerável o aproveitamento do benefício pelas empresas, com repercussões relevantes sobre seu fluxo de caixa" e por isso foi excluída. Desta forma, a companhia poderá requerer o crédito ao longo do investimento. Além disso, ele estabeleceu que os pedidos de ressarcimento e a declaração de compensação serão analisados pela **Receita Federal** após o reconhecimento das **receitas de subvenção** e não apenas no ano seguinte, como queria o governo, e deu um prazo de 30 dias para que a **Receita Federal** analise os pedidos de creditamento. Se a decisão não ocorrer neste prazo, será automaticamente autorizada.

O parecer ainda determina que, se a empresa não conseguir compensar o crédito tributário com o imposto de renda, terá os valores devolvidos em dinheiro em até dois anos. A proposta do Executivo era fazer o ressarcimento em quatro anos.

O relator não divulgou estimativas sobre o impacto fiscal da MP com as mudanças. Haddad pretende arrecadar R\$ 35 bilhões a mais por ano com as novas regras, mas há movimento contrário das empresas. O parecer também incorporou mudanças na legislação sobre fundos fechados que ficaram de fora do projeto aprovado recentemente pelo Congresso.

Aprovação de medida é considerada prioritária pela Fazenda

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231213/>

Receita editará neste mês norma para programa de autorregularização

Lu Aiko Otta De Brasília

A **Receita Federal** espera divulgar no dia 26 a instrução normativa do programa de autorregularização incentivada de **tributos** federais, que permite aos contribuintes confessar débitos e quitá-los sem multas e juros.

A informação foi dada ao Valor pelo subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento da Receita, Mario Dehon. A adesão ao programa começará no dia 2 de janeiro.

Especialistas ouvidos pela reportagem relataram que há interesse das empresas em aderir. O programa é regulado pela Lei nº 14.740, editada no último dia 29.

Com isso, a expectativa do governo é fortalecer a arrecadação.

Em outra iniciativa com esse mesmo objetivo, a Receita pretende lançar um edital propondo o encerramento de litígios envolvendo PIS/Cofins e Cide sobre remessas ao exterior. Vai ainda lançar consulta pública para selecionar outros temas para transações tributárias.

Não é possível estimar quanto entrará no caixa federal com a autorregularização, informou Dehon. Isso por que o programa se aplica a créditos não constituídos pela Receita.

São valores que não foram declarados ou lançados, ou são créditos apresentados pelos contribuintes que tiveram denegado pedido de compensação. O programa abarcará também os créditos sob fiscalização.

As ações fiscais em andamento hoje na Receita envolvem expectativa de arrecadação de R\$ 360 milhões.

No entanto, o potencial de arrecadação do programa é muito maior, afirmou o subsecretário.

Porém, não é possível saber, por exemplo, qual o valor final dos créditos glosados pela Receita.

"Penso que será uma medida eficaz no sentido de extinguir litígios e gerar arrecadação", avaliou Luiz

Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados. "Vários contribuintes estão demonstrando intenção de aderir. As condições do programa são razoáveis." Ana Cláudia Utumi, sócia da Utumi Advogados, confirma o interesse.

"Há alguns temas de derrotas judiciais para as quais temos discutido com as empresas a possibilidade de pagar neste programa de autorregularização", disse.

Um exemplo, segundo ela, é a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a "coisa julgada". "Temos empresas que tinham, por exemplo, trânsito em julgado em relação ao IPI na revenda de importados e, por conta dessa decisão, passaram a dever esse IPI retroativamente a 2021." Esse programa de autorregularização é resultado de projeto de lei apresentado pelo senador Otto Alencar (PSD-BA). Ele tomou a iniciativa depois do fracasso de um programa semelhante lançado pelo Executivo em janeiro. Alencar ampliou os benefícios oferecidos.

Aprovado pelo Congresso e convertido em lei, o programa começará a rodar em 2 de janeiro pelo prazo de 90 dias. Sobre o valor confessado, haverá desconto de 100% das multas de ofício e de mora e dos juros de mora. Porém, o programa exige que 50% do pagamento devido seja feito à vista. A outra metade pode ser parcelada em até 48 meses.

Até metade do valor devido pode ser quitado com a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa próprios ou de terceira coligada. No caso, seria aplicada a alíquota do Imposto de Renda sobre o prejuízo fiscal e a da CSLL sobre a base de cálculo negativa, explicou o subsecretário.

A lei também permite o uso de precatórios próprios ou de terceiros.

Se a empresa tiver adquirido precatórios ou utilizar prejuízo fiscal, ou base de cálculo negativa de terceiros obtendo deságio, essa diferença não será considerada receita, informou Dehon. Caso a empresa que cedeu o precatório, o prejuízo ou a base de cálculo negativa tenha fechado a operação com valor menor do que o de face, essa despesa continuará dedutível.

Além disso, o perdão de dívidas de juro e multa não

será considerado receita. O programa não se aplica a empresas do Simples.

Sobre a transação envolvendo PIS/Cofins e Cide sobre remessas ao exterior, o advogado Luiz Gustavo Bichara avaliou que não deve gerar grande volume de arrecadação, pois poucos contribuintes deixaram de fazer esse recolhimento.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187740>

Fisco indica critérios para tratamento especial

Lu Aiko Otta De Brasília

O Sintonia, programa de conformidade da **Receita Federal** para o "varejão" das empresas, vai usar quatro pilares de critério para classificar os contribuintes e conceder tratamento especial, disse ao Valor o subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento da Receita, Mario Dehon.

Os benefícios aos que andarem "na linha" serão definidos mediante consulta pública. Mas poderão envolver, por exemplo, prioridade na análise de pedidos de restituição, ressarcimento ou compensação de créditos.

Os quatro pilares são: regularidade cadastral, regularidade de pagamentos, regularidade na entrega de declaração e demonstrativos e a confrontação dos dados declarados com os constantes da base de dados da Receita.

Programas de conformidade buscam estabelecer um novo tipo de relacionamento entre o Fisco e os contribuintes. A ideia é reduzir o volume de litígios. Assim, o Sintonia pretende deixar claro às empresas os critérios e as fórmulas de cálculo usados pela Receita.

O Sintonia é um dos três programas que serão regulados em um projeto de lei a ser enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional no início do próximo ano.

O programa Confia, voltado às grandes empresas, teve sua fase de prova de conceitos, que terminaria este ano, prorrogada até o fim de abril. Quando estiver em funcionamento, as empresas que se enquadrarem no programa estarão "praticamente imunes a autuação", disse o subsecretário. A ideia é a Receita fiscalizar os sistemas de integridade da empresa, não a operação econômica.

No Confia, eventuais divergências entre a empresa e o Fisco serão dirimidas pelos órgãos de julgamento. Porém, a empresa não discutirá na condição de autuada, ressaltou o subsecretário.

Esse programa não estará disponível a todas as empresas.

Apenas serão aceitas as que tiverem sistemas de integridade "muito fortes", afirmou.

O outro programa é o Operador Econômico Autorizado (OEA), já em funcionamento amparado em acordos internacionais.

Nele, as empresas com bom histórico de relacionamento com a Receita ganham acesso a uma espécie de "fast track" no desembaraço aduaneiro. A ideia agora é incluí-lo numa lei.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187740>

Fundos de investimentos e offshore tem nova tributação

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou com veto, na terça-feira, 12, lei que muda o Imposto de Renda (IR) sobre fundos de investimentos e sobre a renda obtida no exterior por meio de offshores. A Lei 14.754, de 2023, foi publicada nesta quarta-feira (13) no Diário Oficial da União (DOU). A lei vigorará a partir de 1º de janeiro de 2024, com exceções de algumas regras, como as relativas à transição do regime.

Oriundo do Projeto de Lei (PL) 4.173/2023, apresentado pelo governo federal, a nova norma altera uma série de leis, entre elas o Código Civil, para tributar ou aumentar as alíquotas incidentes sobre fundos exclusivos (fundos de investimento com um único cotista) e aplicações em offshores (empresas no exterior que investem no mercado financeiro). A **Receita Federal** será responsável por regulamentar futuramente as novas regras.

No Senado, o projeto foi relatado pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e em Plenário. Para ele, a nova lei contribui para melhorar o sistema tributário brasileiro.

"É preciso ressaltar, por fim, que a aprovação desse projeto faz parte de um movimento mais amplo de reforma do sistema tributário nacional (...) Essas medidas visam contribuir para a simplificação e aumento da equidade do sistema tributário nacional. O PL 4.173/23 simplifica e unifica o tratamento tributário dos investimentos no exterior realizados por pessoas físicas.

No que diz respeito ao problema do uso de estruturas offshore para adiar o pagamento de **impostos** sobre a renda, o texto em análise está alinhado com recomendações internacionais", defende o senador em seu relatório.

A expectativa inicial do governo era que a lei poderia gerar uma arrecadação da ordem de R\$ 20 bilhões no ano que vem. No entanto, com as mudanças promovidas no texto durante a tramitação da matéria no Congresso, o valor deve ser revisto para baixo.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=131573#page/6>

Congresso analisa vetos à desoneração da folha e ao marco temporal nesta quinta; entenda

Brasília

**/
Hellen Leite, do R7, em Brasília**

Deputados e senadores se reúnem nesta quinta-feira (14) para analisar os vetos presidenciais na pauta do Congresso, entre eles, os vetos à desoneração da folha de pagamento, ao marco temporal das terras indígenas e ao novo marco fiscal. Com a aproximação do fim do ano, o Congresso faz um esforço concentrado para analisar matérias pendentes na pauta. Outras duas sessões deverão ser realizadas na próxima semana para a conclusão da votação do Orçamento de 2024.

No caso da prorrogação da desoneração da folha de pagamento, há uma queda de braço entre as lideranças partidárias. Isso porque a base governista tenta adiar a análise do veto para a próxima semana, depois da apresentação de uma proposta alternativa prometida pelo Ministério da Fazenda.

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

Essa movimentação não agrada à oposição nem ao setor produtivo, que pressionam pela derrubada imediata do veto e alegam que não há tempo hábil para a análise da proposta alternativa do ministro Fernando Haddad. Por enquanto, o presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), garante que a análise deve acontecer nesta semana.

O projeto de lei que prorroga a desoneração da folha até 2027 foi aprovado pelo Congresso em 25 de outubro, com o apoio da ampla maioria dos deputados e senadores, inclusive, os que pertencem à base do governo. No entanto, foi vetado integralmente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 23 de

novembro.

Pelo texto, a contribuição previdenciária patronal sobre a folha de salários pode ser substituída por uma contribuição incidente sobre a receita bruta do empregador. A contribuição patronal é paga por empregadores para financiar a **segurança social**. Então, em vez de o empresário pagar 20% sobre a folha do funcionário, o tributo pode ser calculado com a aplicação de um percentual sobre a receita bruta da empresa, que varia de 1% a 4,5%, conforme o setor.

A contribuição é feita, mas passa a se adequar ao nível real da atividade produtiva do empreendimento. Em outras palavras, as empresas que faturam mais contribuem mais. Com isso, é possível contratar mais empregados sem gerar aumento de **impostos**.

Às vésperas da votação, parlamentares e entidades representantes dos setores desonerados fizeram um ato na Câmara dos Deputados pela derrubada do veto. Eles argumentam que o fim da desoneração pode gerar desemprego, insegurança jurídica e elevação nos preços dos serviços. Os setores afetados pelo veto de Lula empregam diretamente 9 milhões de pessoas.

Os deputados e os senadores também devem analisar outros vetos de Lula, inclusive o do marco temporal das terras indígenas, o do marco das garantias, o do novo marco fiscal e o da volta do voto de qualidade do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

No caso do marco temporal das terras indígenas, os parlamentares vão analisar se mantêm ou não o veto de Lula ao principal artigo do projeto, que diz que uma terra só poderia ser demarcada se fosse comprovado que os indígenas estavam nela ou disputavam a posse dela na data da promulgação da Constituição Federal vigente, em 5 de outubro de 1988. Pela tese, quem estivesse fora da área na data ou chegasse depois não teria direito a pedir a demarcação.

Quanto ao marco fiscal, os parlamentares analisarão o veto a uma regra que definia que as despesas de investimento poderiam ser reduzidas caso ficasse

constatado que, no fim de um bimestre, o governo não teria receita suficiente para cumprir metas de resultado primário, indicador obtido a partir da diferença entre o que é arrecadado e o que é gasto pelo governo, excluída a parcela referente aos juros da dívida pública.

Para a rejeição do veto, é necessária a maioria absoluta dos votos de deputados e senadores, ou seja, 257 votos de deputados e 41 votos de senadores.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/congresso-analisa-vetos-a-desoneracao-da-folha-e-ao-marco-temporal-nesta-quinta-entenda-14122023>

Aprensão na Rodoviária Interestadual

A Coordenação de Repressão às Drogas da Polícia Civil do Distrito Federal (Cord/PCDF) e a Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho da **Receita Federal do Brasil**, em uma ação conjunta, apreenderam cerca de 8kg de cocaína e crack.

A ação policial ocorreu após a Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho (Direp/RFB) apontar para uma encomenda transportada em ônibus que, possivelmente, encontrava-se com grande quantidade de entorpecentes. Diante da suspeita apresentada pela **Receita Federal**, policiais civis começaram a investigação.

Mediante uma rápida ação de investigação da Cord, a pessoa responsável por receber a substância foi identificada. A polícia mapeou pontos de observação nas proximidades do local em que a mercadoria seria retirada, na Rodoviária Interestadual de Brasília.

Após algum tempo de campana, os investigadores perceberam que um homem foi até o guichê da transportadora e, após assinar um recibo, retirou uma grande caixa. Ao deixar o local, ele foi abordado. Na delegacia, os policiais encontraram, na caixa, sacos do tipo zip lock, que armazenavam grande quantidade de cocaína e de crack.

O suspeito foi preso em flagrante. A encomenda, que tinha como origem Rio Branco (AC), seria encaminhada para o Entorno do DF, segundo o depoimento do preso. Tal droga, após ser manipulada pelos traficantes, poderia render mais de 20 Kg de cocaína, quantidade capaz de alcançar de R\$ 700 mil a R\$1 milhão no mercado. (DD)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/14/all.pdf>

Desoneração: setores defendem derrubada do veto

ALVARO GRIBEL alvaro.gribel@oglobo.com.br
BRASÍLIA -

Representantes dos 17 setores da economia que mais empregam no país estiveram ao lado de deputados e senadores ontem, no Salão Verde da Câmara, para defender a derrubada do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamento desses segmentos da economia.

O texto foi aprovado pelo Congresso em outubro e vetado em novembro. O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse na terça-feira que o veto será analisado hoje em sessão conjunta de Câmara e Senado.

-É muito difícil o Congresso não derrubar o veto amanhã (hoje). Se não derrubarmos isso, vai prejudicar o país, onerando a folha de pagamento.

Não é tirar receita, é preservar algo que está dando certo - disse o senador Angelo Coronel (PSD-BA), relator do projeto no Senado.

A proposta de desoneração da folha substituiu a contribuição previdenciária patronal de empresas de setores que são grandes empregadores, de 20%, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

Essa troca diminui custos com contratações para 17 setores, como têxtil, calçados, construção civil, call center, comunicação, fabricação de veículos, tecnologia e transportes.

Os segmentos são responsáveis por gerar cerca de 9 milhões de empregos formais.

Sem a prorrogação, a desoneração da folha de pagamentos terminaria no fim deste ano.

"MAIS UM ANO DE RETRAÇÃO" O presidente da Abicalçados, Haroldo Ferreira, afirma que o clima no setor é de tensão.

Ele diz que até setembro havia crescimento no acumulado do ano, mas em novembro houve um tombo de cerca de 16%, o que fará com que o ano termine com queda em torno de 1%: -Já estamos enfrentando a concorrência desleal dos produtos

importados até US\$ 50 pelo e-commerce, que nos afeta diretamente. Se a folha for reonerada, teremos mais um ano de retração em 2024. E se a desoneração for estendida, queremos voltar a crescer no ano que vem.

O cenário é o mesmo no segmento têxtil e de confecções.

Segundo o diretor superintendente da associação do setor (Abit), Fernando Pimentel, o ramo têxtil terá crescimento zero este ano e o de confecções, retração de 7%. Ainda assim, no ano, houve criação de 5 mil vagas nos dois segmentos.

- É urgente a derrubada do veto na sessão de amanhã (hoje) - afirmou Pimentel.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que apresentará uma proposta alternativa à desoneração depois da aprovação da **Reforma Tributária**. Os parlamentares, porém, reafirmaram a importância de derrubar o veto agora e discutir uma eventual proposta da Fazenda depois.

Adeputada Any Ortiz (Cidadania- RS) afirma que agora não há mais tempo hábil para um projeto do governo, já que a desoneração da folha só está em vigor até o próximo dia 31: - Agora não há tempo hábil para alternativas. Depois, podemos fazer as discussões necessárias.

Ela lembrou que o projeto foi aprovado na Câmara com 430 votos a favor e apenas 17 contrários. No Senado, a votação foi simbólica, ou seja, com consenso entre todos os 81 senadores.

O senador Efraim Filho (União-PB) destacou que Pacheco garantiu que a votação do veto será hoje. Ele reforçou que a proposta é constitucional e que o tema já foi analisado pelo STF: -A derrubada amanhã será integral. A questão da constitucionalidade me parece que já foi ultrapassada. A Reforma da Previdência permite a prorrogação do que já existe, inclusive o STF já abordou o tema, em decisão do ministro Ricardo Lewandowski.

"ESTAMOS NO ESCURO" Márcio Gonçalves, vice-presidente da Federação Nacional das Empresas de Informática (Fenainfo), diz que pode haver até 10%

de perdas de vagas no setor: - Estamos no escuro. São 120 mil empresas e 2 milhões de empregos, com estudos de cortes de pelo menos 10% para poder acomodar o aumento da carga tributária.

Ricardo Santin, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal, disse que os custos para o setor podem subir até 18%, resultando em aumento nos preços das carnes e dos ovos.

- São mais de 50 mil pequenas famílias produtoras integradas, mais de 500 mil trabalhadores em fábrica. Vai ter aumento de 10% a 18% nos nossos custos. Frango, suíno e ovo vão ficar até R\$ 1 mais caros na mesa do brasileiro de renda mais baixa.

Vivien Suruagy, presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e Informática (Feninfra), lembra que a tributação sobre a folha de pagamentos vai triplicar, o que pode levar a perdas de até 1 milhão de empregos no setor: -A desoneração mantém e gera empregos. São as entidades patronais que dizem, os trabalhadores, estivemos com entidades sindicais. Todos falaram a mesma coisa: implementamos postos de trabalho no país. Vai punir quem mais emprega e gera empregos.

O deputado federal Domingos Sávio (PL-MG), vice-líder do partido na Câmara, disse que não há mais tempo para dialogar sobre a proposta do governo: - Se não derrubarmos o veto, não há proposta que possa sanar isso. Passou o tempo para dialogar sobre esse veto. É consenso e causa fechada nas frentes do comércio, dos serviços e nas demais, para todos aqueles que defendem o setor produtivo.

"Vai ter aumento de 10% a 18% nos nossos custos.

Frango, suíno e ovo vão ficar até R\$ 1 mais caros na mesa do brasileiro de renda mais baixa" Ricardo Santin, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal

"A derrubada amanhã será integral. A questão da constitucionalidade me parece que já foi ultrapassada" Efraim Filho (União-PB), senador autor do projeto que prorroga a desoneração da folha

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Impasse entre Câmara e Senado ameaça promulgação da tributária

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e César Felício

A **reforma tributária** vive um impasse entre Câmara dos Deputados e Senado Federal. Os senadores ameaçam não promulgar a proposta de emenda constitucional (PEC) se dispositivos incluídos por eles, como a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) da Zona Franca de Manaus, forem excluídos pelos deputados. A divergência levou ao provável adiamento da reforma para a próxima semana.

Como se trata de uma PEC, é preciso que o mesmo texto seja aprovado pelas duas Casas para promulgação. A estratégia do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é suprimir pontos com os quais os deputados não concordam, mas o relator da reforma no Senado, Eduardo Braga (MDB-AP), tem protestado contra a promulgação neste caso.

Braga afirmou, nas conversas com Lira e com o relator da reforma na Câmara, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que fechou acordos para a Cide da zona franca, para a distribuição de 5% da arrecadação do novo imposto (o IBS) com base em indicadores de preservação ambiental nos municípios (o "município verde") e a isenção da importação de petróleo, lubrificantes e combustíveis por empresas sediadas na Zona Franca de Manaus.

Segundo fontes, Braga tem afirmado que não aceitará a promulgação da **reforma tributária** de forma fatiada se esses pontos forem suprimidos pelos deputados porque a inclusão foi "fruto de acordo". Os deputados questionam a validade deste acordo, já que não teriam participado e grande parte dos governadores está contra os benefícios para o Estado do relator no Senado.

Ao Valor, Braga disse que tratou do tema com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na terça-feira e levou o assunto ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). "Isso tirará completamente a competitividade da Zona Franca de Manaus e o Senado não aceitará", afirmou.

A Cide criada por Braga seria uma taxa adicional para produtos industrializados que tenham similares fabricados na Zona Franca de Manaus. "Isso não é arrecadatário. É para manter uma vantagem

competitividade da região", disse o deputado Sidney Leite (PSD-AM). O rol de produtos e valor da Cide seriam definidos em uma lei posterior.

A bancada do Amazonas reuniu-se com Ribeiro, mas ouviu dele que o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) se opõe à reforma nestes moldes por entender que haverá prejuízo para São Paulo. "É um erro. A indústria que deixar a zona franca não vai para São Paulo, vai para o Paraguai", disse Leite.

Embora a Câmara possa suprimir os artigos, a decisão sobre a promulgação caberá a Pacheco, como presidente do Congresso.

Ele tem feito seus próprios pedidos. Fontes a par das negociações dizem que Pacheco não condicionou a promulgação da reforma à manutenção da alíquota diferenciada para advogados, arquitetos e engenheiros de fora do Simples Nacional, mas afirmou que essa demanda "é muito importante". O presidente do Senado é sócio de um grande escritório de advocacia em Belo Horizonte, do qual ele está licenciado por causa do cargo. Procurado, ele não quis comentar.

O Senado estabeleceu que essas categorias e outras com conselho profissional terão redutor de 30% na alíquota do novo imposto. Ribeiro discorda disso porque o benefício elevará a alíquota-padrão do IVA para todos, já que a intenção do governo é manter a carga tributária no mesmo nível atual. Além disso, outras atividades podem buscar formalização via um conselho profissional para passarem a receber o tratamento privilegiado.

Lira e Pacheco reuniram-se nessa quarta-feira para tentar apurar estas arestas, mas o Valor apurou que o encontro não foi conclusivo e serão necessárias mais reuniões. Diante deste impasse, o parecer de Ribeiro não foi divulgado e é incerto quando a reforma será votada. Os deputados cogitam aprová-la sem acordo com o Senado e empurrar para os senadores o ônus de não promulgá-la por conta dessas questões. Esta seria uma medida mais drástica e não desejada no momento, mas que não está descartada para garantir a votação ainda este ano.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231213/>

Reforma Tributária trará economia de R\$ 28,1 bi por ano para empresas, apenas com burocracia, diz estudo

O novo sistema de tributação de bens de consumo e serviços, que resultará da **Reforma Tributária**, cuja aprovação final o governo tenta negociar com a Câmara para ser votada ainda neste ano, poderá representar uma economia anual de R\$ 28,1 bilhões para as empresas, apenas com a redução da burocracia, segundo uma estimativa do Movimento Brasil Competitivo (MBC), organização sem fins lucrativos mantida por companhias de vários setores.

O cálculo parte da premissa de que o novo modelo de tributação sobre o consumo, com a introdução do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), permitirá uma redução de 600 horas ao ano no tempo médio gasto pelas empresas com o pagamento de **impostos**. Em 2020, eram 1.501 horas por ano, conforme o relatório Doing Business, do Banco Mundial.

Embora tenha sido descontinuada, em 2021, por causa de problemas de metodologia, a pesquisa global do Banco Mundial coloca o Brasil como campeão nesse quesito. A Bolívia (média de 1.025 horas por ano) vem em segundo lugar e a Venezuela (920 horas por ano), em terceiro.

A estimativa de redução de 600 horas está baseada num estudo de 2020, feito pela ONG Endeavor, que trabalha em prol do empreendedorismo, e pela consultoria EY, com base no texto original da proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma.

Para a diretora-executiva do MBC, Tatiana Ribeiro, as alterações feitas pelos parlamentares na tramitação da PEC não mudaram a premissa. As exceções introduzidas podem reduzir efeitos sobre a eficiência dos negócios ou elevar a alíquota de referência do IVA, mas a simplificação segue como maior benefício do novo sistema, como já disseram economistas.

- Temos, só no âmbito federal, mais de 200 exceções. Hoje (na PEC da reforma), temos, se eu não me engano 21 ou 22. Acho que esse é o número que precisamos olhar. Poderia ser melhor? Poderia, mas acho que é uma reforma bastante potente do ponto de vista de simplificação - afirmou Tatiana.

Para estimar o valor que as firmas economizarão com

a redução da burocracia, o MBC partiu de outra conta: o valor total do chamado "custo Brasil" soma um total de R\$ 1,7 trilhão, o equivalente a 19% do **PIB**.

Esse valor total se divide em 12 capítulos. Segundo Tatiana, o "capital humano" é o capítulo de maior peso no custo Brasil. A tributação vem em segundo lugar.

Dentro do R\$ 1,7 trilhão, de R\$ 270 bilhões a R\$ 310 bilhões são perdidos com "ineficiências econômicas, distorções alocativas, gastos com litígios tributários, afastamento de investimentos e entrave para maior exportação, já que hoje há exportação de **tributos**".

Desse custo com tributação, a burocracia para calcular e pagar **impostos** consome R\$ 67 bilhões. Apenas a redução do tempo médio gasto nessas atividades das atuais 1.501 horas já permitirá a economia de R\$ 28,1 bilhões projetada pelo MBC.

- Isso significa que as empresas vão conseguir ser mais produtivas com os recursos que já têm. Isso pode ser reinvestido no negócio. No fim do dia, vai gerar mais renda e mais emprego, vai impulsionar a economia. Quando olhamos para o custo do Brasil, esse R\$ 1,7 trilhão é um dinheiro que estamos jogando no ralo - afirmou Tatiana.

Segundo a diretora do MBC, a projeção do valor economizado pelas empresas é "conservadora", porque não leva em conta a redução de custos indiretos da burocracia, como o excesso de ações judiciais.

Embora ressalte a simplificação como principal ponto positivo da **Reforma Tributária**, a diretora do MBC fez um alerta. A tramitação da PEC no Congresso não alterou muito a capacidade que a reforma terá de tornar a tributação mais simples, mesmo com a introdução de exceções, em parte, porque as leis de regulamentação serão mais importantes para esses aspectos burocráticos.

- Temos um superdesafio agora, que vai ser em todo o processo de regulamentação. Precisamos garantir que essa racionalidade continue em todas as noites complementares. Esse é o próximo desafio - afirmou

Tatiana.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/12/14/reforma-tributaria-trara-economia-de-r-281-bi-por-ano-para-empresas- apenas-com-burocracia-diz-estudo.ghtml>

Com Selic reduzida a 11,75% na última reunião do Copom no ano, como ficam os juros em 2024?

Na última reunião do ano, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) cortou ontem a taxa básica de juros em meio ponto percentual e indicou que o ritmo será mantido. A Taxa Selic recuou de 12,25% para 11,75% ao ano. Esse é o menor patamar desde março de 2022.

Foi a quarta redução consecutiva dos juros, que começaram a cair em agosto, quando estavam em 13,75% ao ano. O **comunicado** do BC afirma que a intensidade de corte de meio ponto será mantida nas "próximas reuniões", o que incluirá, pelo menos, os encontros de janeiro e março. O comitê se reúne a cada 45 dias para decidir o rumo da taxa básica da economia.

Esse sinal reforçou as previsões de analistas de que a Selic pode terminar 2024 abaixo dos 10%. Pelas projeções do Boletim Focus, publicação semanal do BC que compila previsões de agentes do mercado, a Selic deve terminar o ano de 2024 em 9,25% ao ano.

A política monetária vem refletindo a queda da **inflação** medida pelo IBGE, mas também a redução das expectativas, medidas pelo Boletim Focus. Um fator decisivo para o início do ciclo de cortes foi a manutenção da meta de **inflação** de 2024, em 3%.

Ambiente internacional ajuda

No cenário internacional, também há uma conjuntura favorável. Ontem, o banco central dos EUA, o Fed, manteve inalterados os juros na maior economia do mundo, no intervalo entre 5% e 5,25%. O **comunicado** do Fed foi considerado mais leve que o previsto no mercado, o que ajuda a redução da Selic no Brasil.

Quanto mais cedo os juros caírem mais lá, mais confortável fica o BC brasileiro a cortar a aqui. Isso por causa do chamado diferencial de juros. Se a taxa por aqui fica muito próxima da americana, reduz-se a atração de capital estrangeiro para o país, o que desvaloriza o real frente ao dólar e alimenta a **inflação**. Baixando lá, é mais fácil baixar a Selic sem eliminar o diferencial em relação aos EUA.

Segundo o economista-chefe do G5 Partners, Luis Otávio Leal, o Fed reduziu as projeções de **inflação** de 5,1% para 4,6%, em 2024, de 3,9% para 3,6% em 2025, permanecendo em 2,9% em 2026.

No **comunicado** de ontem, o Banco Central apontou que houve uma melhora no cenário para a **inflação** no cenário global, que se mostrou menos adverso que na última reunião do Copom. Além disso, no Brasil, a economia perdeu força e a **inflação** também está desacelerando.

Risco fiscal continua pesando, diz economista

Para o economista Marcelo Fonseca, da Reag Investimentos, o BC afirmou que o processo de queda da **inflação** atual é mais lento, o que fez com que o ritmo de 0,5 ponto fosse mantido. Além disso, ele entende que o risco fiscal continua pesando sobre as decisões de política monetária:

- Minha avaliação é que, apesar de o BC não mencionar explicitamente, a incerteza fiscal tem sido preponderante para o Copom manter o tom de cautela, apesar da melhora da **inflação**.

Segundo o economista-chefe do Banco UBS/BB, Alexandre Ázara, apesar de o plano de voo do BC ser de dois cortes de 0,5 ponto, em janeiro e março, o cenário externo ficará melhor do que o esperado pelo Copom. Com isso, ele entende que a Selic irá cair 0,75 ponto em março.

- Se tudo acontecer como prevê o BC brasileiro, cairá 0,5 ponto. Mas nosso cenário é que o Fed vai cortar os juros em março, já indicando isso em janeiro, e que a **inflação** ficará mais baixa no Brasil. Com isso, acreditamos que o Copom vai acelerar os cortes em março para 0,75 ponto - afirmou Ázara.

Comunicado mais suave não altera previsão de cortes

Helena Veronese, economista-chefe da B.Side Investimentos, entende que o **comunicado** do BC foi mais "suave", mas ainda dentro do previsto pelo mercado. Ela aposta na manutenção do ritmo de

cortes em 0,5 ponto por todo o primeiro semestre de 2024. Uma eventual aceleração, diz, teria de ser indicada antes pelo próprio BC:

- Esperamos que o Copom continue cortando a Taxa Selic de 0,5 em 0,5 ponto percentual ao longo de parte do primeiro semestre de 2024 e entendemos que qualquer mudança no ritmo será antecipada pelo próprio comitê.

Governo quer acelerar redução dos juros

A queda em doses de meio ponto vem sendo alvo de críticas do governo. No sábado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliou que as medidas apresentadas ao Congresso para o ajuste fiscal e correções tributárias, aliadas à promulgação da **Reforma Tributária** sobre o consumo, criam um ambiente para "exigir" o corte da taxa básica de juros.

Nesta terça, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou um movimento de pressão ao chefe do Banco Central, Roberto Campos Neto, para a aceleração da queda da taxa básica de juros.

Ontem, após a decisão do Copom, Haddad comemorou e destacou que o BC sinalizou que outros cortes na taxa de juros virão. Disse que a economia vai crescer de forma sustentável com **inflação** e desemprego baixos:

- O Copom, como esperado, fez mais um corte sinalizando que outros virão. Isso significa que os investidores brasileiros podem se preparar para um ciclo de crescimento sustentável com baixa **inflação** e baixo desemprego. Isso é uma boa notícia para as famílias brasileiras - disse o ministro.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/financas/noticia/2023/12/14/com-selic-reduzida-a-1175percent-na-ultima-reuniao-do-copom-no-ano-como- ficam-os-juros-em-2024.ghtml>

Setores defendem desoneração da folha, e Congresso define hoje se derruba veto de Lula

O Congresso Nacional, em sessão conjunta de senadores e deputados, deve decidir hoje se mantém ou derruba o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à prorrogação da desoneração da folha de pagamentos dos 17 setores da economia que mais empregam.

Representantes dos setores estiveram ao lado de deputados e senadores ontem, no Salão Verde da Câmara, para defender a derrubada do veto presidencial ao projeto de lei que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamento desses segmentos da economia.

O texto foi aprovado pelo Congresso em outubro e vetado em novembro. O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse anteontem que o veto será analisado hoje em sessão conjunta de Câmara e Senado.

- É muito difícil o Congresso não derrubar o veto amanhã (hoje). Se não derrubarmos isso, vai prejudicar o país, onerando a folha de pagamento. Não é tirar receita, é preservar algo que está dando certo - disse o senador Angelo Coronel (PSD-BA), relator do projeto no Senado.

A proposta de desoneração da folha substituiu a contribuição previdenciária patronal de empresas de setores que são grandes empregadores, de 20%, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

Essa troca diminui custos com contratações para 17 setores, como têxtil, calçados, construção civil, call center, comunicação, fabricação de veículos, tecnologia e transportes. Os segmentos são responsáveis por gerar cerca de 9 milhões de empregos formais. Sem a prorrogação, a desoneração da folha de pagamentos terminaria no fim deste ano.

'Mais um ano de retração'

O presidente da Abicalçados, Haroldo Ferreira, afirma que o clima no setor é de tensão. Ele diz que até setembro havia crescimento no acumulado do ano, mas em novembro houve um tombo de cerca de 16%, o que fará com que o ano termine com queda em torno

de 1%:

- Já estamos enfrentando a concorrência desleal dos produtos importados até US\$ 50 pelo e-commerce, que nos afeta diretamente. Se a folha for reonerada, teremos mais um ano de retração em 2024. E se a desoneração for estendida, queremos voltar a crescer no ano que vem.

O cenário é o mesmo no segmento têxtil e de confecções. Segundo o diretor superintendente da associação do setor (Abit), Fernando Pimentel, o ramo têxtil terá crescimento zero este ano e o de confecções, retração de 7%. Ainda assim, no acumulado ano, houve criação de 5 mil vagas nos dois segmentos.

- É urgente a derrubada do veto na sessão de amanhã (hoje) - afirmou Pimentel.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que apresentará uma proposta alternativa à desoneração depois da aprovação da **Reforma Tributária**. Os parlamentares, porém, reafirmaram a importância de derrubar o veto agora e discutir uma eventual proposta da Fazenda depois.

A deputada Any Ortiz (Cidadania-RS) afirma que agora não há mais tempo hábil para um projeto do governo, já que a desoneração da folha só está em vigor até o próximo dia 31:

- Agora não há tempo hábil para alternativas. Depois, podemos fazer as discussões necessárias.

Ela lembrou que o projeto foi aprovado na Câmara com 430 votos a favor e apenas 17 contrários. No Senado, a votação foi simbólica, ou seja, com consenso entre todos os 81 senadores.

O senador Efraim Filho (União-PB) destacou que Pacheco garantiu que a votação do veto será hoje. Ele reforçou que a proposta é constitucional e que o tema já foi analisado pelo STF:

- A derrubada será integral. A questão da constitucionalidade me parece que já foi ultrapassada.

A Reforma da Previdência permite a prorrogação do que já existe, inclusive o STF já abordou o tema, em decisão do ministro Ricardo Lewandowski.

'Estamos no escuro'

Márcio Gonçalves, vice-presidente da Federação Nacional das Empresas de Informática (Fenainfo), diz que pode haver até 10% de perdas de vagas no setor:

- Estamos no escuro. São 120 mil empresas e 2 milhões de empregos, com estudos de cortes de pelo menos 10% para poder acomodar o aumento da carga tributária.

Ricardo Santin, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal, disse que os custos para o setor podem subir até 18%, resultando em aumento nos preços das carnes e dos ovos.

- São mais de 50 mil pequenas famílias produtoras integradas, mais de 500 mil trabalhadores em fábrica. Vai ter aumento de 10% a 18% nos nossos custos. Frango, suíno e ovo vão ficar até R\$ 1 mais caro na mesa do brasileiro de renda mais baixa.

Vivien Suruagy, presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e Informática (Feninfra), lembra que a tributação sobre a folha de pagamentos vai triplicar, o que pode levar a perdas de até 1 milhão de empregos no setor:

- A desoneração mantém e gera empregos. São as entidades patronais que dizem, os trabalhadores, tivemos com entidades sindicais. Todos falaram a mesma coisa, implementamos postos de trabalho no país. Vai punir quem mais emprega e gera empregos.

O deputado federal Domingos Sávio (PL-MG), vice-líder do partido na Câmara, disse que não há mais tempo para dialogar sobre a proposta do governo:

- Se não derrubarmos o veto, não há proposta que possa sanar isso. Passou o tempo para dialogar sobre esse veto. É consenso e causa fechada nas frentes do comércio, dos serviços e nas demais, para todos aqueles que defendem o setor produtivo.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/12/14/setores-defendem-desoneracao-da-folha-e-congresso-define-hoje-se-derruba-veto-de-lula.ghtml>

Refis-DF bate recorde de adesão e negociações de dívidas chegam a mais de R\$ 664 milhões

Brasília

/ Iasmim Albuquerque, do R7, em Brasília*

O R7 está no WhatsApp, siga o nosso canal

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Brasília | Iasmim Albuquerque*, do R7, em Brasília

O Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal (Refis-DF) bateu o recorde de adesões neste ano. Foram 41.303 pessoas físicas e 12.625 pessoas jurídicas que negociaram dívidas até a última segunda-feira (11). Ao todo, foram negociados R\$ 664 milhões e pagos mais de R\$ 177 milhões. O prazo para se inscrever no programa é 28 de dezembro.

O balanço maior foi registrado em 2020, quando 34.444 pessoas físicas e 8.804 pessoas jurídicas aderiram ao programa. Neste ano, a marca foi superada e tem a expectativa de aumentar ainda mais devido à prorrogação do prazo.

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

De acordo com o subsecretário da **Receita Federal**, Sebastião Pinheiro, houve uma grande quantidade de pessoas físicas jurídicas com dívidas em órgãos de fiscalização e que não tinham sido contempladas anteriormente, o que resultou no maior índice de participação da história.

"Outro ponto é a possibilidade de ser o último Refis,

porque, com a **reforma tributária**, os governos estaduais não poderão mais conceder benefícios fiscais da forma como é hoje. Não deixa de ser um fator motivador de busca para regularizar os débitos", acrescentou Pinheiro.

*Sob a supervisão de Fausto Carneiro

Carregando...

Brasília

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

Site: <https://noticias.r7.com/brasil/brasilia/refis-df-bate-recorde-de-adesao-e-chega-a-mais-de-r-664-milhoes-em-negociacoes-de-dividas-13122023>

Inflação passa de 160% em 12 meses e deve crescer após medidas de Milei

CAROLINA MARINS

O governo de Alberto Fernández terminou esta semana na Argentina deixando como herança uma **inflação** de 160,9% em 12 meses, sendo novembro o mês que registrou o maior índice, de 12,8%. A taxa, porém, deve aumentar até o fim deste ano, principalmente após o pacote de medidas econômicas apresentado na terça-feira pelo novo presidente, Javier Milei, que provocou uma desvalorização de 55% do peso.

Os novos dados foram publicados ontem pelo Indec, o instituto de estatísticas da Argentina.

De janeiro a novembro, o país registrou uma variação de 148,2%, o que projeta um 2023 fechando com taxa próxima de 200%, a maior já registrada desde o fim da hiperinflação.

No anúncio das dez medidas econômicas do novo governo, o ministro da Economia Luis Caputo previu que o índice de dezembro poderia ser de 20% a 30% e alertou que os próximos meses serão difíceis para os argentinos.

AUMENTOS. O setor que registrou maior aumento foi o de saúde, com 15,9%, impulsionado pela escalada dos preços dos medicamentos, em parte causada pela escassez de insumos para a produção. Logo em seguida vêm os alimentos e as bebidas não alcoólicas, com 15,7%, sendo que os maiores aumentos foram de água mineral, refrigerante, sucos, verduras e frutas. A comunicação vem em seguida, com 15,2% de aumento, em razão de um reajuste nos preços dos serviços de telefonia móvel e de internet.

A taxa não chegou a surpreender economistas e consultorias.

No dia a dia, os argentinos já sentiam os reflexos da alta de preços nas últimas semanas. Logo após o segundo turno das eleições, chegou ao fim de maneira não oficial o programa Preços Justos, promovido pelo então ministro da Economia e candidato peronista Sergio Massa. O programa mantinha os preços dos alimentos artificialmente mais baixos para amenizar os efeitos da **inflação** e aumentar suas chances nas urnas.

O controle de preços chega oficialmente ao fim apenas no fim deste ano. No entanto, desde as eleições, os supermercados não recebiam listas atualizadas de preços. Com o fim do Preços Justos, muitos argentinos já relatavam uma forte escalada nos preços, com artigos básicos da alimentação, como o pacote de meio quilo de erva-mate, que subiu de 900 pesos para 1.200 (cerca de R\$ 16 na cotação de ontem).

As carnes também vinham aumentando e ainda devem sofrer um reajuste considerável nos próximos dias. Sem o programa, fornecedores projetam um aumento de 20% a 25% em alimentos como macarrão, farinha, pães e óleos.

Os setores que registraram as menores variações em novembro foram moradia, água, eletricidade e combustíveis. Muitos desses são serviços subsidiados pelo governo.

DESVALORIZAÇÃO. O cenário, no entanto, ainda não reflete os impactos da enorme desvalorização promovida por Milei, que tem potencial para pressionar a **inflação** ainda mais. A aposta do novo governo é um plano de choque que elimine o déficit financeiro do país por meio de uma redução significativa das despesas e do aumento dos **impostos**.

Para alcançar o equilíbrio fiscal no ano que vem, o governo também anunciou a redução de subsídios cruciais para conter os preços da energia e do transporte. Milei reconhece que as medidas são recessivas, mas afirma que pretende atacar a raiz do problema, para que a Argentina saia de um ciclo de crises. O presidente disse que, se medidas drásticas não fossem tomadas, a Argentina poderia ter uma **inflação** anual de 15.000%.

Com as medidas do governo Milei, a expectativa é de que a Argentina termine o ano com uma **inflação** próxima de 200%, maior do que a última registrada antes da hiperinflação dos anos 90. Em 1991, ano em que foi aplicada a conversibilidade de Carlos Menem, que equiparou o peso ao dólar, a Argentina registrava uma taxa acumulada de 84% ao ano.

"Não há mais dinheiro.

É um gole amargo para começarmos a reconstrução

da Argentina" Javier Milei Presidente da Argentina,
durante cerimônia de posse, em 10 de dezembro

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Para analistas, renda fixa não perde "brilho" apesar de novo corte da Selic

JENNE ANDRADE E-INVESTIDOR

Apesar do novo corte da Selic, os especialistas afirmam que os investimentos em renda fixa continuam sendo uma boa opção por conta do "juro real" ainda considerado alto. "Juro real" é a diferença entre a taxa de juros nominal e a **inflação**.

Em outras palavras, é quanto um investidor deve ganhar de retorno acima da **inflação** em um investimento. Nos cálculos de Bruno Mori, sócio-fundador da consultoria Sarfin- Mori, essa taxa continuará em cerca de 5% ao ano.

O especialista recomenda a alocação das reservas de emergência em pós-fixados atrelados aos juros e com liquidez diária, como os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) que rendem 100% do CDI (taxa próxima à Selic) e o título público Tesouro Selic.

"Partindo do pressuposto de que o investidor já tenha uma reserva, para as pessoas físicas que puderem abrir mão da liquidez existem boas opções de investimentos em ativos isentos de imposto. É o caso das Letras de Crédito do Agronegócio e Imobiliário (LCAs e LCIs)", afirma.

LCIs e LCAs, assim como os Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio (CRIs e CRAs), são títulos de renda fixa isentos de IR, mas que geralmente possuem baixa liquidez - ou seja, o investidor pode não conseguir resgatar o dinheiro até o vencimento dos papéis.

Essa também é a visão de Marlon Glaciano, planejador financeiro e especialista em finanças.

"Com a Selic ainda em dois dígitos, temos ótimas oportunidades no cenário de renda fixa para aproveitar. Dependendo da capacidade de liquidez, o investidor também consegue aproveitar boas oportunidades em LCI, LCA, CRI e CRA", diz.

Segundo cálculos do C6 Bank, as aplicações isentas serão os principais destaques em rentabilidade. Produtos como LCIs, LCAs e debêntures incentivadas (isentas de IR) que rendam pelo menos 96% do CDI devem acumular um retorno líquido (descontados os **impostos**) de 10% nos próximos 12 meses. O retorno real, subtraindo a **inflação**, ficará em 5,86% para

essas aplicações (veja quadro nesta página).

Na outra ponta, o pior prêmio do levantamento, de apenas 4% de retorno real, fica com a poupança. Isto porque a aplicação tem sua rentabilidade travada em 0,5% ao mês mais uma taxa referencial quando a Selic está acima de 8,5% ao ano - caso atual. Quando os juros estão abaixo de 8,5%, o produto rende 70% da Selic.

BOLSA. Há o consenso de que juros menores devem, em algum momento, beneficiar os ativos de risco. Com a Selic mais baixa, é esperado um aumento de fluxo de investidores na Bolsa em busca de retornos maiores. Paralelamente, as companhias mais endividadas devem ter um alívio sobre os custos financeiros, o que deve representar resultados melhores.

Alirio aposta nas carteiras de dividendos como defensivas para este momento de queda da Selic. Dessa forma, o investidor conseguirá uma renda passiva dentro de um portfólio resiliente a solavancos econômicos. Na outra ponta, para quem aceita mais risco, as empresas de crescimento (negócios em fase de maturação) devem ser boas oportunidades.

"Os papéis que dependem de ciclos econômicos de expansão devem se beneficiar mais do que ativos defensivos", diz o analista.

Nos EUA, Fed sinaliza fim de ciclo de alta de juros

O Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) manteve ontem as taxas de juros inalteradas em sua última decisão de política monetária de 2023, mas previu que poderá reduzir os custos de empréstimos três vezes no próximo ano. Os juros ficaram em uma faixa de 5,25% a 5,5%, onde permanecem desde julho. Após uma série rápida de aumentos que começaram em março de 2022 e elevaram os custos de empréstimos para o seu nível mais alto em 22 anos até este verão, o Fed manteve sua política monetária estável por três reuniões consecutivas.

Os aumentos de preços têm diminuído há meses e as contratações desaceleraram, o que tem dado ao Fed mais confiança de que as elevações de juros já feitas podem ser suficientes para impactar a economia e garantir que a **inflação** recue para a meta de 2% ao

longo do tempo.

Os investidores estão atentos a qualquer indicação de quando - e em quanto - as taxas de juros cairão. Os formuladores de políticas do Fed projetaram ontem que reduzirão os custos de empréstimos para 4,6% até o fim de 2024, significativamente abaixo de sua estimativa anterior de 5,1%. A previsão implica três cortes na taxa no próximo ano. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Pacote deve encolher comércio com o Brasil, dizem economistas

Marcos de Moura e Souza

O comércio entre o Brasil e a Argentina vai encolher em 2024. Esse será um dos efeitos colaterais do pacote de medidas anunciado na terça-feira pelo ministro da Economia, Luis Caputo. A previsão é de economistas que acompanham as relações bilaterais. Este ano, entre janeiro e novembro, empresas brasileiras venderam quase US\$ 16 bilhões para o vizinho. Empresas argentinas exportaram US\$ 11 bilhões para o Brasil.

O pacote ainda carece de detalhes. Mas pelo menos três medidas têm relação direta com o comércio exterior. A primeira, a desvalorização do câmbio oficial de cerca de 400 pesos por dólar para 800 pesos por dólar. A segunda medida, o aumento do imposto que incide sobre a compra de dólares para importação no câmbio oficial. O imposto vai de 7,5% para 17,5%. A terceira medida é a aplicação do imposto de exportação de 15% para todos os produtos. Até então, só exportações da agropecuária e da mineração eram taxadas.

"São medidas necessárias, mas vão ter um impacto negativo no comércio bilateral", diz Welber Barrai, ex-secretário de Comércio Exterior do Brasil e sócio-fundador da BMJ Consultores e Associados. Barrai está desde julho em Buenos Aires, onde sua consultoria tem escritório e auxilia empresas brasileiras e multinacionais com negócios na Argentina.

Entre as muitas questões ainda em aberto, está a situação de empresas privadas que não conseguem acesso a dólares no câmbio oficial para pagar importações. É uma dívida de cerca de US\$ 30 bilhões, diz Barrai.

Ele destaca um ponto positivo do pacote: a promessa de facilitar o processo de licenças para importação. A obtenção dessas licenças tem sido uma dor de cabeça para muitas empresas na Argentina. Mas o economista diz ver com preocupação a incidência de **impostos** sobre as exportações e, em particular, os **impostos** mais salgados na compra de dólares para importações. "Vai aumentar o custo das importações e afetar as vendas brasileiras. A medida acabará funcionando como uma tarifa."

Milei indica que as medidas serão temporárias. Devem

vigorar, pelo menos, ao longo de 2024. A sinalização é que depois de um período de ajustes a economia estará mais equilibrada.

Até lá, governo e economistas preveem recessão, **inflação** ainda mais alta, mais pobreza e risco de turbulência nas ruas.

Livio Ribeiro, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre) e sócio da consultoria BRCG, avalia que as exportações brasileiras e de outros países para a Argentina vão perder força não tanto pelos **impostos**.

"O ponto é que não vai ter demanda na Argentina. Se vai ficar mais caro para os argentinos, isso será menos relevante, questão é que não terá demanda", diz. A Argentina é uma importadora importante de peças de carros e de carros do Brasil. Compra também minério de ferro e energia elétrica. Em função de uma seca histórica, importa desde o ano passado grandes volumes de soja.

"A demanda vai cair", projeta também o presidente da Câmara de Comércio Argentino-Brasileira de São Paulo, Federico Servideo. "Ainda assim, existem oportunidades para empresas brasileiras investirem na Argentina, em áreas como energia, agroindústria, mineração, finanças e varejo".

Ao falar de desvalorização, ele lembra que "o dólar real" já estava há tempos mais próximo dos 800 pesos por dólar e que empresas mais competitivas exportadoras tendem a sair ganhando. "O caminho está certo. A essência é tentar integrar mais a Argentina ao mundo, regularizar o câmbio, honrar compromissos. A grande pergunta é como tudo isso será feito e se haverá sustentabilidade política."

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231213/>

Redução cautelosa pelo BC

Rosana Hessel

Conforme esperado pelo mercado, o Banco Central (BC) decidiu, ontem, reduzir a taxa básica da economia (Selic) em mais 0,50 ponto percentual. Passou de 12,25% para 11,75% ao ano, menor patamar desde março de 2022. A decisão foi unânime e, no **comunicado**, o Comitê de Política Monetária (Copom) sinalizou que manterá o mesmo ritmo de corte nos juros básicos "nas próximas reuniões".

Essa foi a quarta redução consecutiva da Selic no ciclo de flexibilização iniciado em agosto. Conforme o **comunicado** do Comitê, as projeções do Boletim Focus para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano estão em 4,60% e as do Copom em 4,50% - ambas abaixo do teto da meta de **inflação** de 2023, de 4,75%.

No **comunicado**, o Comitê informou que entende que a decisão de ontem "é compatível com a estratégia de convergência da **inflação** para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano de 2024 e o de 2025". O texto destaca, também, que a "condução da política monetária ainda demanda serenidade e moderação".

O BC reforça na nota a preocupação na manutenção das metas fiscais, que não foram aprovadas pelo Congresso. No **comunicado**, repete o trecho em que "reafirma a importância da firme persecução dessas metas".

No Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024, que tramita no Congresso, a meta fiscal é de déficit primário zerado no próximo ano.

"O Copom reiterou a importância de prosseguir e cumprir com firmeza as metas fiscais. Isso capta o aumento do risco de uma meta fiscal mais flexível e de derrapagens fiscais em 2024", ressalta o economista Alberto Ramos, diretor de pesquisa econômica para a América Latina do Goldman Sachs.

Ele lembra que além de manter a mesma sinalização de corte para as próximas reuniões, o Copom demonstra menos preocupação com o cenário externo, que segue "volátil e menos adverso do que na reunião anterior".

Ramos espera que o comitê reduza a Selic em 0,50 nas duas próximas reuniões, em janeiro e março.

A perspectiva de José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator, nas duas próximas reuniões do Copom, é de que a Selic vá a 10,75% em março. "O **comunicado** pouco difere do anterior. A referência à melhora do quadro mundial foi leve e preservou a qualificação de desafiador. Mas a incerteza parou de piorar. Em relação ao cenário doméstico, o comitê reconhece que há sinais de convergência dos núcleos de **inflação** para a meta, o que é inédito", destaca.

Conservadorismo

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), houve excesso de conservadorismo na decisão do comitê porque, mesmo com as reduções da Selic desde agosto, a taxa de juros real "está em 8% ao ano" - equivalentes a 3,5 pontos "acima da taxa de juros neutra, que não estimula nem desestimula a atividade econômica".

"O cenário de controle da **inflação** justifica plenamente a redução da Selic em ritmo mais acelerado, e é isso que a CNI espera que seja feito nas próximas reuniões do Copom. É preciso - e possível - mais agressividade", disse o presidente da CNI, Ricardo Alban, em **comunicado** da entidade.

Em tom otimista, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comemorou a decisão do Copom e "as boas notícias do exterior" - em referência ao Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), que manteve entre 5,25% e 5,50% o intervalo dos juros básicos.

"O Copom, como esperado, fez mais um corte sinalizando que outros virão. Isso significa que os investidores brasileiros podem se preparar para um ciclo de crescimento mais sustentável, com baixa **inflação** e baixo desemprego. E isso é uma boa notícia para as famílias brasileiras", afirmou.

"(A decisão) é compatível com a estratégia de convergência da **inflação** para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano de 2024 e o de 2025" Trecho do **comunicado** do Copom justificando a diminuição da Selic

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/12/14/all.pdf>

Copom corta 0,5 ponto na taxa de juros, que recua para 11,75%

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil (BCB) voltou a cortar a Selic, sua taxa básica de juros em 0,5 ponto percentual, ontem, a 11,75%, devido à "trajetória de desinflação" observada na economia. Trata-se do quarto corte consecutivo adotado pelo Copom, que informou sua decisão em um **comunicado** ao final de sua última reunião do ano, alinhada com as expectativas do mercado. O novo corte levou a Selic ao menor patamar desde março de 2022, quando a taxa básica estava fixada em 10,75% ao ano.

Essa foi a quarta redução seguida na mesma intensidade, dando sequência à estratégia adotada pelo colegiado do BC desde o início da flexibilização de juros, em agosto. Antes, a Selic ficou 12 meses estacionada em 13,75% ao ano depois do ciclo de aperto mais agressivo desde a criação do sistema de metas para **inflação**, em 1999. A decisão do Copom veio em linha com a expectativa unânime dos economistas com o corte de 0,5 ponto percentual na taxa básica sendo a projeção consensual do mercado financeiro.

Desde o Copom anterior, em novembro, houve redução dos riscos externos, o que colaborou para um câmbio ligeiramente mais favorável, continuidade do processo de desinflação e materialização da desaceleração da atividade econômica -o que deu respaldo a um ciclo de corte de juros gradual. No acumulado em 12 meses até novembro, a **inflação** oficial do Brasil, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desacelerou a 4,68% -abaixo do teto da meta para 2023 (4,75%).

Já o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil perdeu força no terceiro trimestre deste ano, mas ainda apresentou leve variação positiva, de 0,1% em relação aos três meses anteriores. O BC segue sob pressão do governo para reduzir os juros. Enquanto o ministro da Fazenda, Fernando Haddad disse na véspera do Copom que o país tem "gordura para queimar", o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que é preciso "mexer com o coração" do presidente do BC, Roberto Campos Neto.

REPERCUSSÃO

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) avaliou em nota que a decisão do

Copom foi acertada diante das condições da economia, mas reforçou "a importância de uma redução ainda maior nos juros para impulsionar a atividade econômica do país. A redução em 0,5 ainda é tímida para alavancar a atividade econômica, uma vez que os juros seguem em patamar elevado", disse a entidade em nota. "Acredito que ela (a Selic) deveria estar mais baixa. Apesar disso, é importante ressaltar que estamos terminando 2023 melhor do que esperávamos há um ano", disse o presidente da Associação Comercial de Minas (ACMinas), José Anchieta da Silva.

"A expectativa de crescimento do **PIB** para o próximo ano é de apenas 1,5%.

Com o juro ainda muito elevado, o investimento privado continua em queda, prejudicando nossa capacidade produtiva. Em suma, o ambiente de negócios continua muito desfavorável para o empresário brasileiro. Precisamos de políticas que destravem a nossa baixa produtividade", acrescenta José Anchieta. A Fiemg acredita que a redução da taxa de juros pelo Banco Central deve continuar avançando nas próximas reuniões "ao menos no mesmo ritmo".

Para o consultor econômico da Acrefi Nicola Tingas, o Copom observa "a tendência favorável da **inflação** local", mas manteve a cautela e "ganha tempo para ter mais indicadores, para poder mudar ou não a trajetória de cortes". Já o economista Vinícius Moura, sócio da Matriz Capital, diz que "o tom veio bem positivo com uma expectativa de mais reduções futuras, no plural e não no singular, o que anima o mercado. O comitê defende a manutenção desse ritmo de 0,50 pontos percentuais. E para as decisões futuras, mais uma vez mencionam as expectativas de quanto aos dados de **inflação** futura".

Tingas também observa o Copom manteve sua perspectiva de que o corte de 0,50% nas próximas reuniões é ritmo compatível com os objetivos de convergência de **inflação** as metas, em um cenário externo que considera de risco importante. "Também enfatiza novamente a necessidade de realização das metas fiscais estabelecidas", ressalta. "Claramente, a opção do Comitê foi por não embarcar em nenhuma sinalização muito diferente do que a gente tem, tanto que há muito poucas mudanças no texto de um

comunicado para o outro", avalia o economista-chefe do Pic Pay, Marco Antônio Caruso.

OTIMISMO NOS EUA

O Federal Reserve (Fed, banco central americano) manteve inalteradas as taxas básicas de juros na faixa 5,25% - 5,50%, e espera fazer vários cortes para baixá-las a 4,6% em 2024, segundo um **comunicado** publicado ontem, ao fim da reunião de seu comitê de política monetária. A **inflação** nos Estados Unidos deveria se moderar mais rapidamente do que o esperado, chegando a 2,4% ao final de 2024, mas a meta do BC, de 2% ao ano, será alcançada em 2026. O Fed também revisou para cima sua previsão de crescimento para 2023 a 2,6% e reduziu a de 2024 para 1,4%. "Os indicadores recentes sugerem uma moderação do crescimento da atividade econômica" desde o terceiro trimestre, apontou o Comitê de Política Monetária do Fed (Fomc) após a reunião.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/14/12/2023/p1>

Sinais do BC em ano bem-sucedido - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

O Banco Central reduziu mais meio ponto percentual na taxa de juros, a Selic vai para 11,75% e assim encerra um ano de sucesso na política monetária. A **inflação** está dentro do intervalo da meta, o que não era a previsão dos economistas no começo do ano. O grande mistério que havia em torno dessa reunião é se o **comunicado** manteria o plural para dizer que a redução continuaria no mesmo ritmo "nas próximas reuniões".

Foi mantido o plural. O problema é que no ritmo em que está nada aconteceu ainda em termos de juros reais, porque a Selic caiu dois pontos percentuais no ano e a projeção de **inflação** também caiu dois pontos. O país está, portanto, no mesmo lugar. Talvez fosse o momento de dar um sinal para alguma aceleração de corte de juros.

O próprio BC disse no seu **comunicado** que, mesmo estando ainda volátil, o setor externo está "menos adverso do que na reunião anterior". Os juros americanos foram mantidos ontem pelo Fed, e os juros longos estão em queda. No cenário interno, a economia desacelerou neste final de ano, o processo de desinflação continuou, "com destaque para as medidas de **inflação** subjacente, que se aproximam da meta nas divulgações mais recentes".

Quando olha para o cenário de três anos, 2023 e os próximos dois, o BC aponta números, no seu cenário de referência, que indicam cumprimento da meta: 4,6% em 2023, 3,5% em 2024 e 3,2% em 2025.

Depois de dois anos de descumprimento, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, não precisará escrever uma carta se explicando por não atingir o objetivo. Isso é a prova mais importante de que a política monetária cumpriu seu papel. Não foi a única causa desse bom resultado. O país venceu a **inflação** de dois dígitos por uma série de fatores. O BC não se deixou pressionar politicamente mesmo nos momentos mais tensos do ano, o Ministério da Fazenda formulou e implementou uma política econômica que reduziu os temores fiscais ocorridos durante a troca de governo, o país teve a maior safra da história e terminará com o maior saldo comercial da história, influenciando na estabilidade do câmbio.

A **inflação** de alimentos foi a primeira a ceder, exatamente pela supersafra. No dado de novembro, alimentos foi o item que mais pressionou, 0,63%. Mesmo assim, nos onze meses do ano, este setor tem **inflação** zero. A alimentação no domicílio teve no ano uma queda de 1,83%. Durante muitos meses, os economistas disseram que sim os preços dos alimentos puxavam a **inflação** para baixo, mas a de serviços permanecia alta. E só cairia se houvesse aumento do desemprego. Não foi isso que aconteceu. A **inflação** de serviços caiu, apesar de não ter havido queda do emprego. Pelo contrário, houve redução do desemprego. Este ano foi o ano de muitas boas surpresas.

O cenário é portanto muito positivo. O ano se encaminha para o final com taxas de juros em queda de 13,75% para 11,75%. E mais duas reduções pelo menos contratadas, o que levaria em março os juros para 10,75%. Certamente não será o fim do ciclo de queda. As projeções da maioria dos economistas levam a Selic no ano que vem para taxa em torno de 9%, apesar de o BC ter dito ontem novamente que a "magnitude total de ciclo de flexibilização ao longo do tempo" dependerá da "evolução da dinâmica inflacionária". Mas a projeção é de **inflação** controlada.

O ministro Fernando Haddad ainda luta para aprovar seu pacote de medidas e tudo o que conseguiu ontem foi um pequeno avanço na tramitação da MP 1185 na Câmara. Todos os olhos estavam voltados para a longa sabatina do ministro Flávio Dino e do procurador Paulo Gonet na Comissão de Constituição e Justiça.

Nela, a oposição mostrou em vários momentos que se organiza em torno de pautas derrotadas, como a de querer jogar sobre o governo a culpa do atentado de 8 de janeiro. Eles tentaram emplacar essa mesma tese na CPI e perderam.

O que houve, a História já registrou. Saiu da extrema direita os estímulos, as ideias, os militantes e os financiamentos para o ataque que a democracia sofreu. No final, Dino e Gonet foram aprovados no plenário do Senado.

Na economia, os juros vão continuar caindo e isso terá um efeito de estimular a economia ao longo do ano que vem. Ela chega no fim de 2023 com um nível de

atividade praticamente estagnado. Em março, quando os juros forem para 10,75%, o país estará no terceiro trimestre de baixo crescimento.

Hora talvez de fazer um corte mais forte.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Relator da LDO tira R\$ 5 bi de meta fiscal das estatais

VICTORIA ABEL victoria.abel@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA -

O relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi aprovado ontem na Comissão Mista de Orçamento.

A LDO traz as bases para elaboração do Orçamento anual e deve ser votada em plenário na semana que vem.

O texto traz a meta de déficit fiscal zero, como enviado pelo governo, e prevê cerca de R\$ 48 bilhões em emendas parlamentares, sendo R\$ 37 bilhões de pagamento obrigatório.

As emendas de comissão, no valor de R\$ 11 bilhões, foram retiradas do calendário obrigatório de empenhos.

O relator Danilo Forte (União-CE) acatou um pedido do governo para que cerca de R\$ 5 bilhões em verbas de estatais, direcionadas para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fiquem de fora dos cálculos da meta de resultado dessas empresas no próximo ano.

A meta de resultado das estatais não é a mesma das contas públicas - cujo objetivo é zerar o déficit no ano que vem.

Ao tirar R\$ 5 bilhões da meta das estatais, na prática, será possível a essas empresas gastarem mais no ano que vem. Essa meta não conta para grandes empresas, como Petrobras e bancos públicos.

-O que eles estavam brigando era para que as estatais menores pudessem fazer os investimentos no PAC sem comprometer o espaço na meta.

Ou a gente fazia o acordo, ou ficávamos aqui até sexta-feira só votando destaque. Isso deu agilidade ao processo. Não houve um comprometimento muito grande porque R\$ 5 bilhões é um valor insignificante em um orçamento de trilhões -disse Forte.

O sistema S também ficou de fora do Orçamento, após polêmica com empresários do setor.

O relator deixou no texto, porém, que as emendas de comissão só poderão ser contingenciadas no limite

proporcional ao que for cortado das demais despesas discricionárias.

Além disso, as indicações de como as emendas serão utilizadas devem ser feitas pelos deputados aos ministérios. Hoje, as pastas podem decidir o destino das emendas de comissão.

As emendas individuais terão um montante de R\$ 25 bilhões e as emendas de bancada, de R\$12 bilhões, de acordo com o relatório.

A LDO manteve a meta fiscal de déficit zero, com um fôlego de até R\$ 28 bilhões.

Isso porque o arcabouço fiscal prevê tolerância de 0,25% do **PIB** para mais ou para menos. Com isso, o governo ainda poderá ter um prejuízo de R\$ 28 bilhões e permanecer no cumprimento da meta.

Um dispositivo incluído pelo relator estabelece, contudo, que o contingenciamento não pode ser maior que o necessário para assegurar a execução das despesas a um montante equivalente ao piso de crescimento de gastos acima da **inflação**, de 0,6%. Com isso, fica limitado a R\$ 23 bilhões o bloqueio de despesas no Orçamento do ano que vem, como queria o governo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>